

2020

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE
SARANDI**

**CONTROLADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO**



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2020

1. Fundamentação Legal

Considerando a Constituição Federal de 1988, que traz em seu ordenamento jurídico a necessidade de realizar o controle e fiscalização do Poder Público, através do Art. 31º, 70º e 74º:

Art. 31º - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 70º - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74º- Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Considerando o disposto as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em relação aos Sistemas Municipais de Controle Interno e em cumprimento as atribuições legais da Controladoria Geral do Município de Sarandi, em conformidade com a Lei Complementar nº 150/2007, de 19 de Março de 2007, Lei Complementar 273/2012, de 26 de Março de 2012 e Lei Complementar nº 333/2016, de 28 de Março de 2016, fixa o Plano Anual de Fiscalização - PAF da Controladoria Geral do Município para o exercício de 2020.

2. Diretrizes legais de Fiscalização

Diretrizes legais de Fiscalização podem ser entendidas como procedimentos e instruções previstas em Leis que norteia e delimita os atos praticados pelos agentes responsáveis pelos Sistemas de Controle Interno. No ano de 2020 as Diretrizes Legais abaixo orientará as atividades realizadas pela Controladoria Geral do Município de Sarandi - PR.



1. Executar suas atividades alinhadas as Legislações Federais, Estaduais, Municipais e todas Diretrizes do TCE-PR;
2. Realizar e aprimorar o planejamento das ações considerando a Materialidade, Relevância e Criticidade, utilizando-se de técnicas de auditoria que serão definidas conforme atividades desenvolvidas, sendo apontado os locais, etapas, custos, métodos, justificativas, responsabilidade e tempo;
3. Promover a otimização dos Recursos Públicos, salvaguardando os interesses da Administração Pública;
4. Prestar contas e promover Transparência de todos os atos praticados;
5. Promover aproximação com a sociedade, através da fiscalização dos atos públicos, buscando a Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia e eficiência.
6. As atividades fiscalizatórias previstas neste Plano Anual de Fiscalização - PAF serão organizados em atividades de encerramento do exercício 2019, atividades Contínuas, áreas transversais, áreas finalísticas e monitoramento dos resultados das fiscalizações realizadas em PAF anteriores, atuando A Priori, Concomitante e A Posteriori.

ATIVIDADES DE ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2019

Ações/Atividades	Órgão Responsável	Base Legal
Finalização do 3º Quadrimestre de 2019 das Entidades: Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Controladoria Geral.	Elaboração do Relatório 3º Quadrimestre. Lei Complementar nº150/2007.
Elaborar Avaliação e Parecer da Prestação de Contas Anual - PCA 2019.	Controladoria Geral.	Constituição Federal, 1988, Art. 71º. Lei Federal nº4.320/1964, Art. 82º. Lei Estadual nº113/2005, Art. 24º. Instrução Normativa 149/2019 - TCE/PR.
Elaborar avaliação e entrega do relatório circunstanciado referente às Transferências Voluntárias do exercício de 2019.	Controladoria Geral.	Resolução nº 28/2011 - TCE/PR. Resolução nº 46/2014 - TCE/PR. Instrução Normativa 61/2011 - TCE/PR.
Acompanhamento do	Controladoria Geral.	Instrução Normativa nº 149/2019 -



Fechamento da Agenda de
Obrigações Anual do TCE/PR

TCE/PR.

ATIVIDADES CONTÍNUAS

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhamento do Índice de Gastos com Pessoal.	Sistema de Informação Municipal - Acompanhamento Mensal SIM-AM TCE/PR.	Constituição Federal de 1988, Art. 169°. Lei Federal nº 101/2000, Art. 18° e 19°.
Acompanhamento do cumprimento do Índice de investimentos na Saúde.	Sistema de Informação Municipal - Acompanhamento Mensal SIM-AM TCE/PR.	Constituição Federal de 1988, Art. 198°. Lei Complementar Federal nº 141/2012, Art. 7°.
Acompanhamento do cumprimento dos Índices de investimentos na educação.	Sistema de Informação Municipal - Acompanhamento Mensal SIM-AM TCE/PR.	Constituição Federal de 1988, Art. 212.
Acompanhamento do limite máximo para alterações dos Instrumentos Orçamentárias.	Secretaria Municipal de Planejamento.	Lei de Diretrizes Orçamentária nº 2496/2019. Lei Orçamentária Anual nº 2537/2019.
Acompanhamento da formalização, execução e fiscalização dos Termos de Colaboração oferecendo orientação e capacitação das entidades, fiscalizadores, Comissão de Monitoramento e Avaliação e as Secretarias Municipais.	Todas as Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13019/2013. Alterada pela Lei Federal nº 13204/2015. Decreto Municipal nº 510/2018.
Acompanhamento da execução dos Convênios firmados entre o Município, o Estado do Paraná e/ou a União.	SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal. SIT - Sistema Integrado de Transferência - TCE/PR.	Lei Federal nº 13019/2013. Portaria Interministerial nº 424/2016 alterada pela Portaria Interministerial nº 558/2019.
Avaliação e Elaboração de Termo Circunstanciado referente ao Relatório de Gestão do CMDCA.	Controladoria Geral - Elaboração de Certificado.	Lei Complementar Estadual nº 113/2005. Instrução Normativa nº 36/2009 - TCE/PR. Lei Municipal nº 2128/2014.
Acompanhamento da inserção de informações financeiras do SIOPE.	Site - Portal do FNDE.	Lei Federal nº 11.768/2008, Art. 41, § 4. Portaria MEC nº 844/2008. Lei Federal nº 101/2000.



Acompanhamento da inserção de informações financeiras do SIOPS.	Site - Portal da Saúde.	Lei Federal nº 101/2000, Art. 52º. Lei Complementar Federal nº 141/2012.
Atendimento e operação do Sistema de Informação ao Cidadão E-SIC.	Portal da Transparência do Município.	Lei Federal nº 12.527/2011. Lei Municipal nº 2432/2018.
Acompanhamento da publicidade das informações no Portal da Transparência.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Lei Federal nº 101/2000. Lei nº 12.527/2011. Lei nº 131/2001. Lei nº 4.320/1964. Lei Federal nº 13.460/2017.
Acompanhamento do Cumprimento da Agenda de Obrigações Anual do TCE/PR exercício 2020-2021.	Site TCE-PR.	Lei Complementar Estadual nº 113/2005, Art. 2º.
Acompanhamento do cumprimento dos requisitos fiscais perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC.	Site do Tesouro Nacional - SIT - Sistema de Transferências Intergovernamentais.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 101/2000. Lei Complementar nº 150/2007. Instrução Normativa nº02/2012. Instrução Normativa STN Nº 01/2015.
Acompanhamento da atualização das certidões: Certificado de Regularidade da Previdência - CRP. Certidão Liberatória do TCE/PR.	Site Previdência Social - CADPREV. Site TCE-PR.	Lei Federal nº 9.7178/1998. Lei Federal nº 10.887/2004. Portaria MPS nº 402/2008. Lei Complementar Estadual nº 113/2005, Art. 95º.
Acompanhamento do Diário Eletrônico do TCE/PR.	Site TCE-PR	Levantar e acompanhar publicações referente aos Processos do Município, Atos Normativos, Acórdãos, Atos de Alerta Municipais e Notícias.
Acompanhamento do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.	Site Associações dos Municípios do Paraná - AMP.	Levantar e acompanhar publicações sobre licitações, obras municipais, atos de pessoal, orçamento, legislações e outras atividades correlatas.
Acompanhamento das correspondências realizadas por meio do Canal de Comunicação do TCE/PR (CACO).	Site TCE-PR.	Recebimento, Pedido e correspondência de Demanda.
Acompanhamento das correspondências realizadas por meio do Canal de Comunicação do TCE/PR (SGA).	Site TCE-PR.	Recebimento e correspondência de Apontamento Preliminar de Acompanhamento - APA. Recebimento de Malha Eletrônica - Instrução Normativa nº122/2016 TCE/PR.
Recebimento, Despacho e	E-mail Oficial.	Constituição Federal de 1988, Art.



Acompanhamento das Recomendações Administrativas expedida pelo Ministério Público do Estado do Paraná.	Ofícios e outras formas de comunicação.	37°. Lei Federal nº 8.625/1993, Art. 27°. Lei Complementar Estadual nº 85/1999.
Acompanhar IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal estabelecido pelo TCE-PR-Exercício de 2019.	Site TCE-PR. Através de questionários.	Avaliação qualidade dos gastos municipais e avaliar as políticas e atividades públicas do gestor municipal.
Acompanhar cumprimento das restrições legais previstas para último ano de Mandato.	Publicações em Diário Oficial. Sistemas de Gestão Municipal. Site TCE/PR. Outras atividades correlatas.	Lei Federal nº 101/2000, Art. 21°. Lei nº 9.504/1997. Resolução TSE nº 20.988/2002.

MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES PAF ANTERIORES

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Avaliar controle de jornada dos servidores.	Analisar as três entidades. Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Lei Complementar nº150/2007. Lei Complementar nº10/1992.
Analisar publicidade de Informações sobre servidores cedidos e horários de trabalho dos servidores no Portal da Transparência.	Portal da Transparência. Prefeitura do Município de Sarandi.	Lei Federal nº12.527/2011.
Realizar nova análise nos controles de agendamento de consultas, controle de frequência dos médicos terceirizados e controle de atendimento.	Secretaria Municipal de Saúde.	Lei Complementar nº150/2007.
Analisar publicidade de remuneração individualizada por nome do agente público, detalhando as vantagens e preservando os descontos.	Portal da Transparência. Autarquia Águas de Sarandi.	Lei Federal nº12.527/2011.
Analisar as medidas para dirimir a inadimplência no pagamento das faturas de fornecimento de água.	Autarquia Águas de Sarandi.	Lei Federal nº 9.433/1997.
Analisar medidas adotadas sobre	Secretaria Municipal de	Lei Federal nº101/2000, Art. 45°.



as obras paralisadas.	Urbanismo.	
Acompanhamento da execução das Instruções Normativas expedidas pela Controladoria Geral.	Secretarias Municipais.	Lei Complementar nº 150/2007.

1º QUADRIMESTRE

1. Transparência

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar disponibilização de todos atos dos Processos Licitatórios.	Portal da Transparência.	Lei Estadual nº 19.581/2018. Lei Federal nº 12.527/2011.
Acompanhar a publicação da demanda por vagas na Educação Infantil, conforme estabelecido na estratégia 1.16 da Meta 1 do PNE.	Portal da Transparência Prefeitura do Município de Sarandi.	Lei Federal nº 13.005/2014.
Levantamento de todas as entidades sem fins lucrativos que recebem recursos do Município e identificar se estão promovendo a Transparência desses recursos em suas páginas na internet.	Site das Entidades sem Fins Lucrativos.	Lei Federal nº 13.019/2013. Lei Federal nº 13.204/2015. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011 alterada pela Resolução nº 46/2014 - TCE/PR.

2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhamento do cumprimento das metas previstas e as alterações orçamentárias no Plano Plurianual (PPA), quadriênio 2018 a 2021.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2537/2019. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 2496/2019.
Auditoria na Receita prevista e arrecadação; dívida ativa e medidas adotadas, para diminuição da mesma; renúncia de receita.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Lei Complementar nº 150/2007.
Avaliação dos pagamentos realizados na Tesouraria por amostragem.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Lei Complementar nº 150/2007.
Levantamento das fontes de financiamento do município receitas próprias e transferências constitucionais e voluntárias recebidas da União e Estado.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Lei Complementar nº 150/2007.



Realizar levantamento dos bens inservíveis do Município.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhamento da implantação do Controle de Estoque em todas as Secretarias, bem como os procedimentos adotados para promover a manutenção do controle de entrada e saída de materiais.	Sistema de Gestão Municipal.	Lei Complementar nº 150/2007. Inquérito Civil nº MPPR - 0138.16.000802-3.

2. Atos de Pessoal

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Avaliar planejamento, controle e pagamento de férias do Servidores Públicos.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal. Analisar quatro Secretaria Municipais.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Avaliar controle, justificativa e limites de pagamentos de horas extraordinárias.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar 10/1992.
Acompanhamento e avaliação quanto a elaboração da Avaliação de Estágio Probatório.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal. Analisar quatro Secretaria Municipais.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Acompanhamento da implantação do Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento Contínuo dos Servidores Públicos do Município.	Conselho de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional. Participação nas Reuniões Ordinárias.	Constituição Federal, 1988, Art. 37º. Lei Complementar nº 10/1992, Art. 107º e 209º. Lei Complementar nº 159/2007, Art. 7º. Lei Complementar nº 174/2008, Art. 9º. Recomendação Administrativa - Tema Capacitação de Servidores - Ministério Público. Decreto Municipal nº 1253/2019.



3. Análise de Processos Licitatórios

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Analisar o cumprimento dos requisitos legais nas Contratações por Processos Licitatórios.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 10.520/2002. Decreto nº 10.024/2019.
Analisar a execução dos contratos e prorrogações.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhamento das obras do Município (Processo Licitatório, Vigência dos contratos, empenhos, aditivos, pagamentos).	Controladoria Geral. Secretaria Municipal de Administração. Secretaria Municipal de Urbanismo.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhar a contratação de serviços de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Transporte Público com foco no planejamento, transparência, preço e competitividade do certame.	Controladoria Geral. Secretaria Municipal de Administração. Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.

4. Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar o Planejamento e execução da Política de Investimento e a atuação do Comitê de investimento, efetividade das ações para cumprimento as metas de investimento.	Preserv.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social.
Monitorar o percentual de investimento da Caixa de Aposentados dos servidores municipais e levantamento de indicadores de progressões ano.	Preserv.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social.



Acompanhar relatório da Previdência e a ordem de pagamentos da Gestão Municipal a Caixa de Aposentadoria dos Servidores Municipais. Aporte Financeiro.	Preserv.	Constituição Federal,1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social. Cálculo Atuarial.
Monitorar da atuação do Conselho Municipal do PRESERV.	Preserv.	Constituição Federal,1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008.Ministério da Previdência Social. Portaria Municipal nº 692/2017.

5. Transferências Voluntárias e Chamamentos Públicos

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar a Administração Pública sobre os condicionantes de planejamento, fiscalização e acompanhamento da execução.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 58º e 61º. Lei Federal nº 13.204/2015, Art. Resolução nº 28/2011, Art. 6º. Resolução nº 46/2014. Lei Estadual nº 15.608/2007. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Promover manual sobre a metodologia de fiscalização a ser estabelecida na Administração Pública Municipal, pontos práticos e objetivos da fiscalização e monitoramento da execução para o Concedente e Tomador.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.204/2015. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a efetividade da execução das parcerias pactuadas com as Organizações Sociais em conformidade com o plano de trabalho e aplicação pactuadas com a Administração Pública Municipal.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Monitorar os planos de aplicação - resumo financeiro (saldos remanescentes) - percentual de execução e a não execução no período de execução proposto dos Termos de Colaboração.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011.



Acompanhar o cumprimento do objeto pactuado em conformidade com o Plano de trabalho pactuado.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a prestação de contas anual das Entidades com a apresentação de relatório de execução.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a elaboração da pesquisa para apuração da satisfação dos beneficiários (objeto pactuado) das atividades desenvolvidas nas Organizações Sociais, garantias da Eficiência.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Acompanhamento dos procedimentos para formulação processos de Chamamento Público pela Administração Pública para selecionar organizações sociais.	Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.207/2015. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014.
Monitorar o andamento, planejamento, especificações e previsões nos Editais de Chamamento Público.	Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.207/2015. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.

2º QUADRIMESTRE

1. Transparência

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar a divulgação das ações dos Conselhos Municipais.	Portal da Transparência.	Lei Federal nº 12.527/2011. ITP - TCE/PR.



Acompanhamento da disponibilização na íntegra das notas fiscais.	Portal da Transparência.	Lei Federal nº12.527/2011.
Acompanhar a divulgação das rotas realizadas pelo Transporte Escolar.	Site Secretaria Municipal da Educação.	Lei Federal nº12.527/2011. Lei Federal nº13.460/2017.

2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Realizar levantamento dos locais de armazenamento dos bens inservíveis do Município.	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Auditoria na Receita prevista e arrecadação; dívida ativa e medidas adotadas para diminuição da mesma; renúncia de receita.	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Avaliação dos pagamentos realizados na Tesouraria por amostragem.	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhamento do cumprimento das metas previstas e as alterações orçamentárias no Plano Plurianual (PPA).	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.

3. Transporte Público

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhamento da elaboração do Plano Municipal Mobilidade Urbana no Município, através da revisão do Plano Diretor.	Secretaria Municipal de Administração. Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Federal nº10.257/2001. Lei Municipal nº 2418/2018.

4. Análise de Processos Licitatórios

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Analisar o cumprimento dos requisitos legais nas Contratações por Processos Licitatórios.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 10.520/2002. Decreto nº 10.024/2019.



Verificar a execução dos contratos e prorrogação.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhamento das obras do Município (Processo Licitatório, Vigência dos contratos, empenhos, aditivos, pagamentos).	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhar a atualização do Plano Municipal de resíduos sólidos do Município, através da revisão do Plano Diretor.	Controladoria Geral. Secretaria Municipal de Administração. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Secretaria Municipal de Urbanismo.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Federal nº 12.305/2010.

4. Atos de Pessoal

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Avaliar planejamento, controle e pagamento de férias do Servidores Públicos.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal. Analisar quatro Secretarias Municipais.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Avaliar controle, justificativa e limites de pagamentos de horas extraordinárias.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Acompanhamento e avaliação quanto a elaboração da Avaliação de Estágio Probatório.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal. Analisar quatro Secretarias Municipais.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Acompanhamento da implantação do Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento Contínuo dos Servidores Públicos do Município.	Conselho de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional. Participação nas Reuniões Ordinárias.	Constituição Federal, 1988, Art. 37º. Lei Complementar nº 10/1992, Art. 107º e 209º. Lei Complementar nº 159/2007, Art. 7º. Lei Complementar nº 174/2008,



		Art. 9º. Recomendação Administrativa - Tema Capacitação de Servidores- Ministério Público. Decreto Municipal nº 1253/2019.
--	--	--

5. Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar o Planejamento e execução da Política de Investimento e a atuação do Comitê de investimento, efetividade das ações para cumprimento as metas de investimento.	Preserv.	Constituição Federal,1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social.
Monitorar o percentual de investimento da Caixa de Aposentados dos servidores municipais e levantamento de indicadores de progressões ano.	Preserv.	Constituição Federal,1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social.
Acompanhar relatório da Previdência e a ordem de pagamentos da Gestão Municipal a Caixa de Aposentadoria dos Servidores Municipais. Aporte Financeiro.	Preserv.	Constituição Federal,1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social. Cálculo Atuarial.
Monitorar a atuação do Conselho Municipal do PRESERV.	Preserv.	Constituição Federal,1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social. Portaria Municipal nº 692/2017.

6. Transferências Voluntárias e Chamamentos Públicos

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar a Administração Pública sobre os condicionantes de planejamento, fiscalização e acompanhamento da execução.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 58º e 61º. Lei Federal nº 13.204/2015, Art. Resolução nº 28/2011, Art. 6º. Resolução nº 46/2014. Lei Estadual nº 15.608/2007.
Promover manual sobre a metodologia de fiscalização a ser estabelecida na Administração Pública Municipal, pontos práticos e objetivos da fiscalização e monitoramento da	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.204/2015. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.



execução para o Concedente e Tomador.		Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Acompanhar a efetividade da execução das parcerias pactuadas com as Organizações Sociais em conformidade com o plano de trabalho e aplicação pactuadas com a Administração Pública Municipal.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Monitorar os planos de aplicação - resumo financeiro (saldos remanescentes) - percentual de execução e a não execução no período de execução proposto dos Termos de Colaboração.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Acompanhar o cumprimento do objeto pactuado em conformidade com o Plano de trabalho pactuado.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Acompanhar a prestação de contas anual das Entidades com a apresentação de relatório de execução.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Acompanhar a elaboração da pesquisa para apuração da satisfação dos beneficiários (objeto pactuado) das atividades desenvolvidas nas Organizações Sociais.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Acompanhar a finalização das parcerias do Termo de Convênio com o Estado informadas no Sistema Integrado de Transferências.	Sistema Integrado de Transferências - SIT SICONV - Plataforma + Brasil.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Demais legislações correlatas.



Monitorar a execução dos Termos de Convênios em andamento, acompanhando o cumprimento de prazos e os fatores de risco para possíveis falhas que possam ocasionar pela ausência da eficaz execução e o atingimento do percentual previsto no plano de aplicação.	Sistema Integrado de Transferências - SIT SICONV - Plataforma + Brasil.	Lei Federal nº13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Demais legislações correlatas.
Acompanhar o cumprimento do objeto pactuado em conformidade com o Plano de trabalho pactuado.	Sistema Integrado de Transferências - SIT SICONV - Plataforma + Brasil.	Lei Federal nº13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Demais legislações correlatas.
Acompanhamento dos procedimentos para formulação processos de Chamamento Público pela Administração Pública para selecionar organizações sociais.	Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.207/2015. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.
Monitorar o andamento, planejamento, especificações e previsões nos Editais de Chamamento Público.	Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.207/2015.

3º QUADRIMESTRE

1. Transparência

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar a divulgação do Cardápio oferecido aos alunos da educação básica.	Site Secretaria Municipal da Educação.	Lei Federal nº12.527/2011. Lei Federal nº11.947/2009.
Elaboração e disponibilização da Carta de Serviços ao Cidadão.	Portal da Transparência. Secretarias Municipais.	Lei nº12.527/2011. Lei Federal nº13.460/2017.

2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhamento do cumprimento das metas previstas e as alterações orçamentárias no Plano Plurianual (PPA).	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Auditoria na Receita prevista e arrecadação; dívida ativa e medidas adotadas para diminuição da mesma; renúncia de receita.	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.



Avaliação dos pagamentos realizados na Tesouraria por amostragem.	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Elaboração do relatório final da auditoria nos bens inservíveis.	Emissão de Relatório - Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.

3. Compliance

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Estudos para a implantação do programa de combate a corrupção para fiscalização efetiva a partir de 2021.	Cotroladoria Geral.	Lei Federal nº 12.846/2013.

4. Análise de Processos Licitatórios

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Analisar o cumprimento dos requisitos legais nas Contratações por Processos Licitatórios.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 10.520/2002. Decreto nº 10.024/2019.
Verificar a execução dos contratos e prorrogação.	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.
Acompanhamento das obras do Município (Processo Licitatório, Vigência dos contratos, empenhos, aditivos, pagamentos).	Prefeitura do Município de Sarandi; Autarquia Águas de Sarandi- Serviço Municipal de Saneamento Ambiental;	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007.

5. Atos de Pessoal

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Avaliar planejamento, controle e pagamento de férias do Servidores Públicos.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal. Analisar quatro Secretaria Municipais.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.



Avaliar controle, justificativa e limites de pagamentos de horas extraordinárias.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Acompanhamento e avaliação quanto a elaboração da Avaliação de Estágio Probatório.	Emissão de Relatórios do Sistema de Gestão Municipal. Analisar quatro Secretarias Municipais.	Constituição Federal, 1988. Lei Complementar nº 150/2007. Lei Complementar nº 10/1992.
Acompanhamento da implantação do Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento Contínuo dos Servidores Públicos do Município.	Conselho de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional. Participação nas Reuniões Ordinárias.	Constituição Federal, 1988, Art. 37º. Lei Complementar nº 10/1992, Art. 107º e 209º. Lei Complementar nº 159/2007, Art. 7º. Lei Complementar nº 174/2008, Art. 9º. Recomendação Administrativa - Tema Capacitação de Servidores - Ministério Público. Decreto Municipal nº 1253/2019.

6. Regime Próprio de Previdência Social - PRESERV

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar o Planejamento e execução da Política de Investimento e a atuação do Comitê de investimento, efetividade das ações para cumprimento as metas de investimento a luz da legislação vigente.	Preserv.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social.
Monitorar o percentual de investimento da Caixa de Aposentados dos servidores municipais e levantamento de indicadores de progressões ano.	Preserv.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social.
Acompanhar relatório da Previdência e a ordem de pagamentos da Gestão Municipal a Caixa de Aposentadoria dos Servidores Municipais. Aporte Financeiro.	Preserv.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social. Cálculo Atuarial.
Monitorar a atuação do Conselho Municipal do PRESERV.	Preserv.	Constituição Federal, 1988. Lei Federal nº 9.717/1998. Portaria nº 402/2008 - Ministério da Previdência Social. Portaria Municipal nº 692/2017.



7. Transferências Voluntárias e Chamamentos Públicos

Ações/Atividades	Setor/Sistemas	Base Legal
Acompanhar a Administração Pública sobre os condicionantes de planejamento, fiscalização e acompanhamento da execução.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 58º e 61º. Lei Federal nº 13.204/2015, Art. Resolução nº 28/2011, Art. 6º. Resolução nº 46/2014. Lei Estadual nº 15.608/2007. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Promover manual sobre a metodologia de fiscalização a ser estabelecida na Administração Pública Municipal, pontos práticos e objetivos da fiscalização e monitoramento da execução para o Concedente e Tomador.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.204/2015. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a efetividade da execução das parcerias pactuadas com as Organizações Sociais em conformidade com o plano de trabalho e aplicação pactuadas com a Administração Pública Municipal.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Monitorar os planos de aplicação - resumo financeiro (saldos remanescentes) - percentual de execução e a não execução no período de execução proposto dos Termos de Colaboração.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar o cumprimento do objeto pactuado em conformidade com o Plano de trabalho pactuado.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR. visitas in-loco.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a prestação de contas anual das Entidades com a apresentação de relatório de execução.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM.



		Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a elaboração da pesquisa para apuração da satisfação dos beneficiários (objeto pactuado) das atividades desenvolvidas nas Organizações Sociais.	Sistema Integrado de Transferências - SIT - TCE/PR.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar a finalização das parcerias do Termo de Convênio com o Estado informadas no Sistema Integrado de Transferências.	Sistema Integrado de Transferências - SIT SICONV - Plataforma + Brasil.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Demais legislações correlatas. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Monitorar a execução dos Termos de Convênios em andamento, acompanhando o cumprimento de prazos e os fatores de risco para possíveis falhas que possam ocasionar pela ausência da eficaz execução e o atingimento do percentual previsto no plano de aplicação.	Sistema Integrado de Transferências - SIT SICONV - Plataforma + Brasil.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Demais legislações correlatas. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhar o cumprimento do objeto pactuado em conformidade com o Plano de trabalho pactuado.	Sistema Integrado de Transferências - SIT SICONV - Plataforma + Brasil.	Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Municipal nº 510/2018. Demais legislações correlatas. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Acompanhamento dos procedimentos para formulação processos de Chamamento Público pela Administração Pública para selecionar organizações sociais.	Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.207/2015. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.
Monitorar o andamento, planejamento, especificações e previsões nos Editais de Chamamento Público.	Secretarias Municipais.	Lei Federal nº 13.019/2014. Lei Federal nº 13.207/2015. Resolução nº 28/2011. Resolução nº 46/2014. Instrução Normativa nº 002/2018 GCM. Instrução Normativa nº 61/2011 TCE/PR.



PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE
SARANDI



Conclusão

No Presente Plano Anual de Fiscalização - PAF foram definidas áreas prioritárias para direcionamento de esforços de monitoramento e fiscalização, ressaltando que o planejamento não impede a realização de fiscalizações fora do escopo traçado no PAF, por razões de demandas extraordinárias relevantes que exige atuação da Controladoria Geral do Município de Sarandi.

Sarandi, 13 de Janeiro de 2020.

Elizângela Apª de Freitas Almeida

Controladora Geral

Decreto 1149/2019

EQUIPE DE APOIO

Aline Lopes Balbo

Juliana Hilária de Lima Lopes

Claudilene Soares Beraldo de Almeida

Marcia Aleixo da Silva Garcia